



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 33/2013

Dispõe sobre a criação do Dia de Orientação e Educação de Trânsito para Motociclistas no Estado do Paraná.

**Art. 1º** Institui o Dia de Orientação e Educação de Trânsito para Motociclistas no Estado do Paraná.

**Art. 2º** A ação deverá ser coordenada por uma Comissão Organizadora, instituída através de Decreto do Poder Executivo Estadual, composta pelos demais órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada atuante.

**Art. 3º** Esta ação tem como objetivos principais:

I – promover ações educativas, treinamentos teóricos, seminários, palestras e simpósios para conscientização do motociclista sobre segurança no trânsito, legislação e especificidades sobre o tráfego com motocicletas;

II – promoção de cursos para motociclistas recém-habilitados;

III – realizar treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem para o motociclista;

IV – conscientizar sobre a necessidade de respeito com os motoristas de todos os meios de transporte, assim como com os pedestres;

V- levantar deficiências existentes através de discussão e reflexão acerca das características do setor e criar medidas que venham alinhar políticas de educação no trânsito, articulando educação e conscientização, aumentando o nível de qualificação e melhor habilitação no setor de transporte em duas rodas.

**Art. 4º** O Dia de Orientação e Educação de Trânsito para Motociclistas no Estado do Paraná será realizado anualmente, no último sábado do mês de setembro.

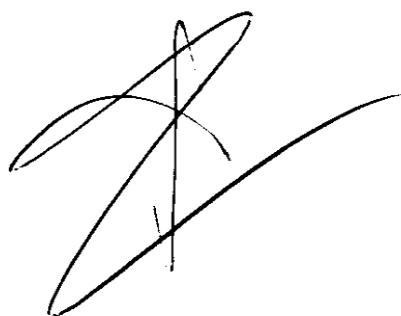
**Art. 5º** Caberá ao Poder Executivo definir o órgão responsável para a realização desta ação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 258/2013**

Institui no Estado do Paraná a Semana de Prevenção e Combate à Infecção Hospitalar, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

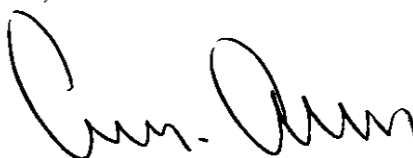
**Art. 1º** Fica instituída no Estado do Paraná a Semana de Prevenção e Combate à Infecção Hospitalar, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

**Parágrafo único.** Nos dias em que for realizada a Semana de Prevenção e Combate à Infecção Hospitalar, a Vigilância Sanitária intensificará suas ações nos Hospitais e Clínicas, realizando vistorias de combate à infecção hospitalar e palestras sobre como preveni-la e combatê-la.

**Art. 2º** A realização ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 281/2013

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Encontro de Carros e Motos Antigos, realizado anualmente no terceiro final de semana do mês de maio, no Município de Jataizinho.

**Art. 1º** Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Encontro de Carros e Motos Antigos, realizado anualmente no terceiro final de semana do mês de maio, no Município de Jataizinho.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/13**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 10 JUL. 2013

**1º Secretário**

Altera a redação do *caput* do  
art. 1º da Lei Complementar  
nº 157, de 2013.

**Art. 1º** O *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 157, de 9 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)”

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2013.

**WALDYR PUGLIESI**

**Deputado Estadual**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*



**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por único objetivo adequar o *caput* do art. 1º da Lei Complementar em tela à técnica legislativa, para que a matéria não sofra prejuízos na sua vigência.

Deste modo, solicita-se o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.



*Lei Complementar nº 157*



Data 09 de julho de 2013

Súmula Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 1998 inserindo o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, alterada pelas Leis Complementares nº 86, de 10 de julho de 2000, nº 91, de 6 de junho de 2002, nº 129, de 14 de julho de 2012 e nº 144, de 5 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis, Porecatu e Arapongas, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais por eles desmembradas."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 09 de julho de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Carlos Roberto Massa Junior  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Cassio Taniguchi  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes  
Chefe da Casa Civil



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



## REQUERIMENTO



Requer Regime de Urgência para discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº. 12 /2013.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº. 12 /2013, que altera a redação do caput do art. 1º da lei complementar nº 157, de 2013, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2013.

  
Tercílio Turini  
Deputado Estadual

15:03 15/07/2013 006175 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

.note -se e encaminhe-se  
para Providências  
DL, 16/8/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Gabinete Deputado Tercílio Turini*



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº12/2013**

**Projeto de Lei Complementar nº 12/2013.**

**Autor: Deputado Waldyr Pugliesi**

**Súmula:** Altera a redação do *caput* do Art 1º da Lei Complementar nº 157, de 2013.

**EMENTA: REGIÃO METROPLITANA. ALTERAÇÃO DO CAPUT DO ART 1º DA LEI COMPLEMENTAR 157/13. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. ART. 22 E 65 CE. ART. 25 DA CF. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, tem como objetivo alterar a redação do *caput* do Artigo 1º, da Lei Complementar nº 157, de 2013, a fim de conferi-lo a correta técnica legislativa.

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25 e no §3º, constatamos que a mesma dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de legislação complementar o Estado estabelece e normatiza as regiões metropolitanas, que segue:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.  
§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).



A iniciativa para a proposição das leis complementares está inserida no artigo 65 da Constituição Estadual, o qual se observa:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o presente Deputado detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei Complementar, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em 13/08/2013

NELSON JUSTUS  
Presidente

TERCÍLIO TURINI  
Relator

APROVADO

13/08/13

Dep. Nelson  
Dep. Pêças  
Dep. Turini  
Dep. Champion  
Dep. Auri  
Dep. Pêças  
Dep. Carli  
Dep. Fodem  
Dep. Mariano  
Dep. Pastor



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2013

Projeto de Lei complementar nº 12/2013

Autor: Deputado Waldyr Pugliesi

**Súmula:** Altera a redação do caput do Art. 1º da Lei Complementar nº 157, de 2013.

**EMENTA:** REGIÃO METROPOLITANA, ALTERAÇÃO DO CAPUT DO ART. 1º DA Lei complementar 157/13.

### PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, tem por objetivo alterar a redação do caput do Artigo 1º, da Lei Complementar nº 157, de 2013, a fim de conferi-lo a correta técnica legislativa.

### FUNDAMENTAÇÃO:

De início, conforme dispõe o Artigo 33-Q do Regimento Interno desta Casa, é de competência desta respeitada Comissão, pronunciar-se sobre todos os assuntos pertinentes ou que envolvam ações relacionadas às regiões metropolitanas de nosso Estado.

Art. 33-Q Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Artigo acrescido pela Resolução no 03 de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição no 34 - 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, de 28 de abril de 2011.

O Artigo 22 da Constituição do Estadual, estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem estar adequadas as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e

R



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Quanto à iniciativa para a apresentação da respectiva proposição de Lei complementar observa-se possibilidade no Art. 65 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

## CONCLUSÃO:

Diante dos fatos, opino FAVORÁVELMENTE pela aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 21 de agosto de 2013.

  
**TONINHO WANDSCHEER**

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos

  
**DEPUTADO RASCA RODRIGUES**

Deputado Estadual – PV

Relator

  
Rato Lupian

  
W. RODRIGUES

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS**


**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/13**

O presente Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Deputado Waldyr Pugliesi tem por finalidade alterar a redação do Caput do Artigo 1º da Lei Complementar nº 157 de 2013.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON GARCIA  
Presidente

  
Relator  
W. Quintela

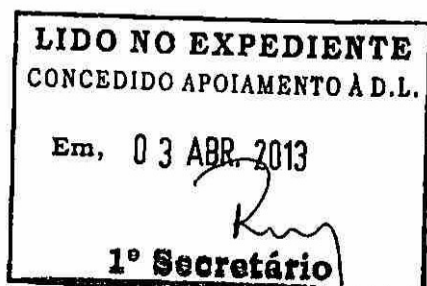
  
F. SARAVALLA

  
Adalino



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 116/2013

Dispõe sobre autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antonio do Paraíso.

Art. 1º Fica autoriza a construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município Santo Antonio do Paraíso.

Art. 2º A Central Geradora Hidrelétrica – CGH Congonhinhas será implantada no rio Congonhas (23°29'59.11"S, 50°36'27.76"O), situada na Fazenda Santa Bárbara e Congonhas, no Município de Santo Antonio do Paraíso, denominada Fazenda Cecília do Bom Jesus, devidamente cadastrada no INCRA sob nº 712.191.000.132-6, com divisas, limites e confrontações descrito na Matrícula nº 3.731 do Cartório de Registro de Imóveis de Congonhinhas. A área de terra está situada no entorno da Cachoeira do Rio Congonhas, que se confronta ao Sul com a propriedade no município de Santo Antonio do Paraíso, de propriedade da Empresa TCA ENERGIA SPE LTDA.

Art. 3º A construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 4º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ALEXANDRE CURTI

Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo a construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada em Santo Antonio do Paraíso.

A CGH Congonhinhas será implantada junto a importantes centros consumidores, numa região em franco desenvolvimento de agroindústrias e uso intensivo de energia na produção de grãos que exigem confiabilidade de fornecimento e estabilidade nos sistemas de transmissão. A inclusão de mais esta fonte de geração, junto aos centros de carga, vem ao encontro dessas necessidades, atendendo, por conseqüência, aos requisitos básicos para a sustentação dos processos de crescimento e modernização da produção na região.

Congonhinhas, inserida nesse cenário, já nos dias de hoje, teria sua energia totalmente absorvida pelo mercado consumidor dos centros de carga mais próximos, fato que por si só justifica plenamente a implementação de todo o seu potencial em uma única etapa de motorização.

As dimensões mínimas de seu reservatório, com operação a “fio-d’água”, não produzirá impactos relevantes ao meio ambiente, podendo constituir-se, por outro lado, em mais um elemento de desenvolvimento da região.

O arranjo geral do aproveitamento e as estruturas que o compõem correspondem a soluções convencionais de engenharia civil, empregadas em obras desta natureza no Brasil. Da mesma forma, os equipamentos eletromecânicos projetados possuem características amplamente dominadas na fabricação, transporte, operação e manutenção em nosso território.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI nº 116/2013

Projeto de Lei nº 116/2013

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

1

**Súmula:** Dispõe sobre autorização da construção da central geradora hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.

**EMENTA:** CONSTRUÇÃO DE CENTRAL HIDRELÉTRICA GERADORA (CGH) A SER LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO PARAISO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAF Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi visa autorizar a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) a ser localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Entende-se por Central Geradora Hidrelétrica a unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 (um) megawatt, normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

**Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*



a. CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Central Geradora Hidrelétrica – CGH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembleia Legislativa:

**Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH , com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:**

### **II LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI**

a) Cadastro de Obras Diversas – COD;

b) Aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*



- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

**Art. 209.** Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

## CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2013.

Dep. Turini  
  
Dep. Walter

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR

Dep. Sena  
  
Dep. Curi

Dep. Dupont

Dep. Dupont

**APROVADO**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

09.07.13



**PARECER**

Da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente  
sobre o Projeto de Lei nº **116/2013** de autoria  
do Deputado Alexandre Curi que *DISPÕE*  
*SOBRE AUTORIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO*  
*DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA*  
*– CGH, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE*  
*SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO.*

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curi, objetiva autorizar a construção de uma central geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no município de Santo Antônio do Paraíso.

De acordo com a justificativa apresentada a CGH Congoinhas será implantada junto a importantes centros consumidores, numa região de franco desenvolvimento de agroindústrias e uso intensivo de energia na produção de grãos que exigem confiabilidade de fornecimento e



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION*



estabilidade nos sistemas de transmissão. Ainda, a inclusão de mais esta fonte de geração junto aos centros de carga, vem ao encontro dessas necessidades, atendendo por consequência, aos requisitos básicos para a sustentação dos processos de crescimento e modernização da produção na região.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (art.33-A, inciso I<sup>1</sup> do Regimento Interno) recebendo parecer favorável,

Sendo então encaminhado a esta Comissão conforme dispõem o artigo 33-K<sup>2</sup> do Regimento Interno.

É o relatório, no que interessa.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, se remete ao artigo 33-K<sup>3</sup> do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual determina que esta Comissão é competente para exarar o presente parecer, uma vez que a construção em apreço, via de regra, interfere e/ou altera o meio ambiente.

Ainda, nos termos do artigo 209 da Constituição Estadual compete a esta Assembleia Legislativa em autorizar a construção de termoeletrica, o que por si só justifica a proposição em apreço.

---

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

<sup>2</sup> Art. 33-K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

<sup>3</sup> V. nota 3



## PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



*Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.*

Logo se verifica pela norma supra citada que cabe à Assembleia Legislativa tão somente a aprovação para a viabilizar a construção de usinas termoelétricas e hidrelétricas.

Desta forma, não cabe à Assembleia Legislativa realizar juízo de valor em relação ao impacto ambiental e/ou qualquer outro aspecto, uma vez que se encontra na própria norma constitucional a exigência de se apresentar os documentos pertinentes aos órgãos competentes, bem como o cumprimento da legislação estadual e federal em relação a matéria.

Ainda, deve ser considerado os benefícios que a construção da aludida ÇGH trará para o município, para as indústrias bem como a movimentação financeira local.

Assim, me utilizando dos critérios de razoabilidade e de interesse público, bem como confiante no profissionalismo dos órgãos ambientais estatais, não encontro qualquer obstáculo para a regular tramitação do presente Projeto de Lei, devendo o mesmo receber parecer favorável em sede desta Comissão temática.





**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, entendo pela **aprovação do mérito, no que se refere a esta Comissão**, do Projeto de Lei Nº 116/2013 de autoria do Deputado ALEXANDRE CURTI, sendo meu voto pela **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
Presidente

Deputado **PEDRO LUPION**  
Relator

Dep. Quintana

Dep. Rasca

Jonas Guimarães

Elton de Souza





## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/2013**

**Projeto de Lei nº 116/2013**

**Autor: Deputado Alexandre Curi**

**Súmula: Dispõe sobre a autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 116/2013, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso, no Estado do Paraná.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância da construção da CGH no Município, trazendo benefício para as indústrias e movimentação financeira local, com a possibilidade de um processo de construção que não produza impactos nocivos ao meio ambiente.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 116/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, uma vez que o projeto visa autorizar a construção de uma Central Geradora Hidrelétrica – CGH no município de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná. A ação sugerida para a Construção da CGH Congoinhas, condiz com a realidade inserida neste cenário, já que nos dias de hoje, o mercado consumidor e os grandes centros instalados, exigem uma carga de energia cada vez mais elevada para suprir a necessidade populacional. A CGH Congoinhas será implantada em uma região em franco desenvolvimento e sua ação justifica-se pelo interesse público que frisa os ganhos com o crescimento regional e os investimentos voltados para o bem estar de toda população.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cabe ressaltar que a CGH Congoinhas será implantada em uma área devidamente cadastrada no INCRA e com delimitações que não impedirão a suficiente instalação da Central Geradora.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ocorre que a proposição em síntese analisada, encontra uma linha importante em sua defesa, ao vir de encontro ao interesse público meramente justificado e a necessidade de se trabalhar métodos que favoreçam o crescimento populacional, sem deixar de lado a preocupação direta com o meio ambiente e o bem estar populacional. Conforme cita a Constituição Federal em seu artigo 225º no Capítulo VI, no que diz respeito à competência da União em relação ao Meio Ambiente e a qualidade de vida:

Art. 225º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(Artigo 225º - Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil)

Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição, lembrando que o referido projeto de lei condiciona claramente a necessidade do cumprimento das normas ambientais e legais para a instalação da CGH Congoinhas.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a preservação do meio ambiente, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para seguir sua tramitação e ser apoiado por esta comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Santo Antônio do Paraíso, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 116/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 09 de setembro de 2013.*

*Tercílio Turini*

*Francisco Buhner*  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

*Elton Welter*  
**ELTON WELTER**  
Relator

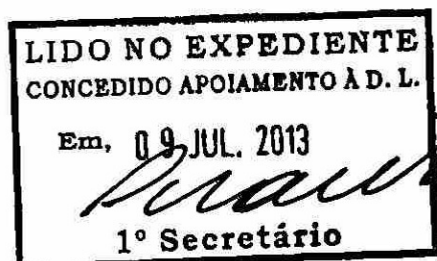
*Teruo Kato*  
*Jonas Guimarães*  
*Pastor Edson Praczyk*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 295/13



**Súmula:** Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.

**Art. 1º** Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 09 de julho de 2013.

  
TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
*Gabinete Deputado Tercílio Turini*



**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.

A festa ocorre sempre próximo ao dia 07 de junho, feriado no Município devido ao dia do Padroeiro da Cidade, Sagrada Coração de Jesus.

A Expo Japão é uma grande festa para Londrina e todo o Norte do Paraná, reunindo produtores rurais que apresentam o fruto do incansável trabalho na lavoura e a juventude que preserva a história e as tradições de seus pais e avós e cultiva novas expressões da cultura e das artes.

De 5 a 9 de junho, data em que o evento foi realizado este ano, foi possível ver o entrelaçamento de crianças, jovens, adultos e a terceira idade, todos motivados pela marcante característica dos orientais de valorizar o patrimônio cultural e produtivo.

Os japoneses são conhecidos por sua determinação, pelo trabalho duro, pelo respeito ao próximo e pela união e também estão sempre atentos aos detalhes e querem fazer o melhor.

Nesta Exposição Agrícola sempre estão à mostra produtos diferenciados, de qualidade superior. Além do gosto pelas coisas da terra, os japoneses passam sabedoria para os outros e aquele saber de quem se dedica e faz bem feito, com muita humildade.

Por isso, a Exposição Agrícola consolidou-se como um evento realizado com muito carinho e força de vontade.

Os japoneses são reconhecidos ainda pela capacidade de desenvolver técnicas de produção, tecnologia. Assim, sempre dão passos à frente como agora na realização da II Agro-Inovatec. É um atrativo novo, mas que certamente daqui a alguns anos estará fortalecido na Expo Japão como palco

de inovações agropecuárias, de respeito ao meio ambiente e de práticas sustentáveis.

A Expo Japão é, ainda, um excelente local para conhecer um pouco mais da gastronomia, cultura, esportes, artes e música japonesa, promovendo o lazer da população da região.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## **PARECER AO PROJETO DE LEI 295/2013**

**Projeto de Lei nº. 295/2013**

**Autor: Deputado Tercílio Turini.**

**Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.**

**EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A "EXPO JAPÃO". POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

**A CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos,



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

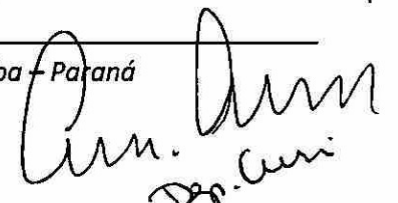
Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
APROVADO

10/09/13

  
Dep. Curi



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

Comissão de Cultura



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 295/2013

Autor: Deputado Estadual Tercílio Turini

Relator: Deputado Teruo Kato

**Súmula:** Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.

### **I – SÍNTESE FÁTICA**

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir, no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, a Expo Japão a ser realizada no município de Londrina.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Logo após, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, que relatou parecer indicando também a aprovação, consoante se passará a demonstrar.

### **II – MÉRITO**

A Exposição em questão no presente projeto, que passará a fazer parte do calendário de eventos do nosso Estado, é a maior festa da cultura japonesa do Norte do Paraná.

A primeira edição da Exposição Agrícola - Expo Japão ocorreu em 1954, com o intuito de incentivar e divulgar a ótima qualidade dos produtos agrícolas da comunidade nipo-brasileira voltada ao pequeno agricultor.

Em razão de seu sucesso e contribuição para a sociedade, a cada ano a Expo Japão conta com um número maior de participantes e com um perfil de expositores mais amplo, como na última edição: pavilhão comercial, pavilhão agrícola e pavilhão cultural.

O evento é de notória importância e busca promover, divulgar e exaltar a participação japonesa na cultura, agricultura, esportes e gastronomia, preservando a história e tradição de seu povo.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



A preservação e difusão da Cultura são direitos garantidos pela Carta Magna, é dever do Estado incentivá-las, conforme evidencia o art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

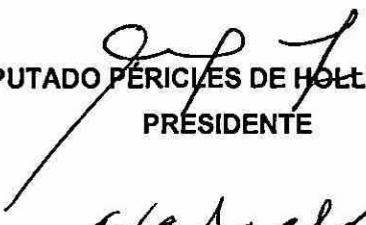
Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (grifos nossos)

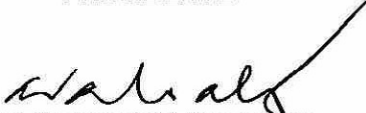
Nesse contexto e diante da influência da cultura japonesa, que muito contribui para o desenvolvimento de nosso Estado, o projeto de lei merece aprovação, pela Comissão de Cultura, com congratulações por simbolizar o apoio e valorização das manifestações culturais.

### III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 30 de setembro de 2013.

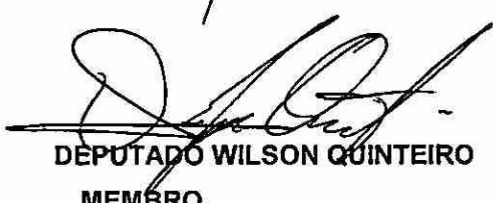
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO TERUO KATO  
RELATOR

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO

  
DEPUTADO WILSON QUINTERO  
MEMBRO

  
DEPUTADO PEDRO LUPION  
MEMBRO



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

**Súmula:** Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013.



**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN autorizado a efetuar a doação do imóvel dos lotes de terras urbanos sob nºs 296-A; 296-A-1; 296-A-3; 296-A-5; 296-C; 296-A-4/Remanescentes-B-"A" e B-"B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737 do Serviço Registral Imobiliário – 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul."

**Art. 2º** O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo."

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
 Governador do Estado



MENSAGEM

Nº089 /2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jandaia do Sul.

A presente proposta justifica-se pelo fato de o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, autarquia com personalidade de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, figurar, atualmente, como titular do imóvel em questão.

Na atual redação dos dispositivos cuja nova redação é proposta, há conflito com a titularidade de propriedade do imóvel (DETRAN/PR), pois os mesmos autorizam "o Estado do Paraná" a efetuar a doação pretendida, impossibilitando, conseqüentemente, a nova escrituração do referido bem.

Pelo exposto é que submeto à apreciação dessa Casa de Lei o anexo Anteprojeto com o objetivo de corrigir tal fato.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

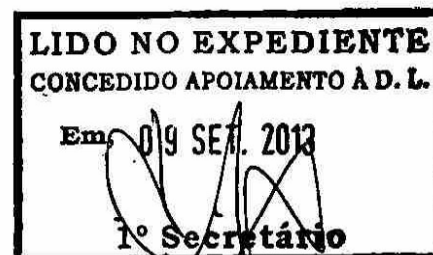
CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.907.060-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



14:27 09/09/2013 007780 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



## Lei nº. 17.634

Data 26 de julho de 2012.

Súmula Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jandaia do Sul.

### *A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jandaia do Sul, do lote de terras urbanos sob nºs 296-A; 296-A1; 296-A3; 296-A5; 296-C; 296-A4/Remanescentes-B "A" e B "B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737, registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

**Parágrafo único.** O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

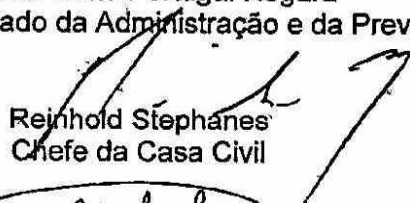
**Art. 3º** O município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel também retornará ao patrimônio do Estado.

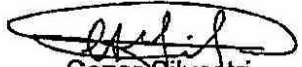
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 26 de julho de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nôga  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

  
Reinhold Stephanes  
Chefe da Casa Civil

  
Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 399/2013**

**Projeto de Lei nº 399/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 89/2013**

***Súmula:** Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013.*

**EMENTA: ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI N. 17634/2013. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 89/2013, visa alterar dispositivos que especifica na Lei 17634/2013, a fim de lhe conferir a correta técnica legislativa, eis que a titularidade da propriedade do referido imóvel é do DETRAN-PR.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Pac

9

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS

**Presidente**

Deputado CAITO QUINTANA

## Relator

**PROVADO**

1109113

Dr. Laurion

~~Dep-Schönauer~~

Dep. Pulm. m.

Dep. Carter



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº399/2013**

**Projeto de Lei nº 399/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 089/2013**

**Súmula: Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de Julho de 2013.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 399/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 089/2013, objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei 17.634, de 26 de Julho de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Jandaia do Sul no Estado do Paraná. A proposição altera o item que autoriza especificamente o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel ao Município de Jandaia do Sul e a receber novamente a área doada, em caso de destinação diversa. Porém, o imóvel destinado não pertencia ao Poder Executivo e sim ao Departamento de Transito do Paraná –DETRAN, razão pela qual sugere-se a presente alteração.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 399/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Jandaia do Sul no Estado do Paraná, com a alteração de dispositivos da lei nº 17.634 de 26 de julho de 2013, que autoriza o Poder Executivo a realizar a doação de imóvel ao Município de Jandaia do Sul. Porém, a área descrita de forma específica no Projeto de Lei, não pertence ao Poder Executivo e sim ao Departamento Nacional de Transito – Detran, esta proposição vem apenas corrigir esta afirmação, permitindo que a Lei autorize o DETRAN a realizar a doação do referido imóvel e ao mesmo tempo que possa ser o órgão receptor desta área, em caso de destinação diversa, conforme exposto em cláusula de inalienabilidade. Esta alteração permite





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



apenas regularizar a doação deste imóvel, sem prejudicar sua utilização destinada especificamente ao serviço público municipal. Este processo fortalecerá de forma direta o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado, para que este imóvel possa ser utilizado sem problemas futuros, sempre em prol da necessidade específica de toda a população.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 399/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 089/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)  
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 399/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Caíto Quintana, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Jandaia do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido Projeto de Lei 399/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 23 de setembro de 2013.*

*Francisco Buhner*  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

*Jonas Guimarães*

*Teruo Kato*  
**TERUO KATO**  
Relator

*Elton Welter*

*Pastor Edson Praczyk*

*Tercílio Turini*

*Adelino Ribeiro*



~~ANTE~~ PROJEITO DE LEI

402/13

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São José da Boa Vista.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São José da Boa Vista, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na Rua Leopoldo José Barbosa nº 313, conforme Certidão sob nº 3.446, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Posto de Saúde Municipal no atendimento à comunidade local.

**Parágrafo único.** O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

**Art. 3º** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 092/2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 04/09/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São José da Boa Vista, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na Rua Leopoldo José Barbosa nº 313, conforme Certidão sob nº 3.446, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente pelo Posto de Saúde Municipal no atendimento à comunidade local.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado, caso contrário o imóvel retornará, também, ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.089.575-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



14:28 09/09/2013 007783 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



## **PARECER AO RECURSO DO PROJETO DE LEI Nº 402/13**

**Projeto de Lei nº 402/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 92/2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São José da Boa Vista.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 92/2013, visa efetuar a doação ao município de São José da Boa Vista, do imóvel de Matrícula nº 3446, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz, de propriedade do Estado do Paraná.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior  
Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**(...)**

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, parágrafo único, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

**CONCLUSÃO**

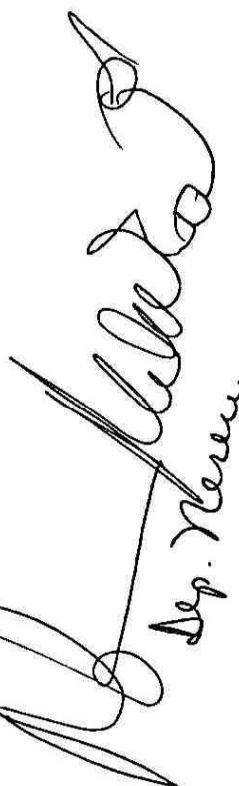
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**HERMAS BRANDÃO JUNIOR**  
**RELATOR**

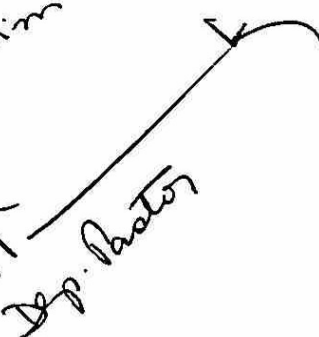
  
Dep. Sena

  
Dep. Nereu

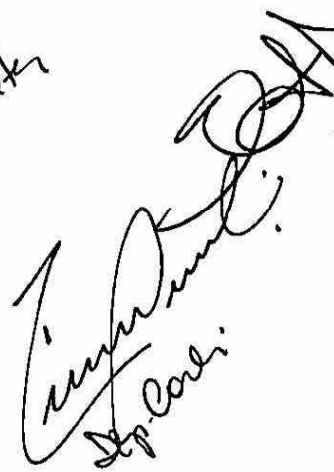
  
Dep. Lourenço

  
Dep. Tereza

  
Dep. Walter

  
Dep. Pastor

  
**APROVADO**  
17/09/13  
Dep. Lauriano

  
Dep. Carlos





## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 402/2013**

**Projeto de Lei nº 402/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 092/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São José da Boa Vista.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 402/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 092/2013**, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São José da Boa Vista no Estado do Paraná, de uma área localizada na Rua Leopoldo José Barbosa nº 313, conforme Certidão sob nº 3.446, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz-PR.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 402/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São José da Boa Vista no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel a ser utilizado exclusivamente pelo Posto de Saúde Municipal no atendimento direto à comunidade local. Este processo atende diretamente ao interesse da população e valorização do Município de São José da Boa Vista, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida e saúde da população, sempre pensando única e exclusivamente no bem estar de todos. Este será um trabalho por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 402/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 092/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 402/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São José da Boa Vista, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 402/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 23 de setembro de 2013.*

*Francisco Buhrer*  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

*Elton Welter*  
**ELTON WELTER**

*Jonas Guimarães*  
**JONAS GUIMARÃES**

*Tercílio Turini*  
**TERCÍLIO TURINI**  
Relator

*Adelino Ribeiro*  
**ADELINO RIBEIRO**

*Pastor Edson Praczyk*  
**PASTOR EDSON PRACZYK**

*Teruo Kato*  
**TERUO KATO**



**PROJETO DE LEI 480/13**

**Súmula:** Cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

**Art. 2º** O Programa Família Paranaense destina-se à proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social em todo o Estado e efetiva-se através da integração de ações de várias áreas, tais como assistência social, habitação, segurança pública, agricultura e abastecimento, trabalho, saúde, educação, ciência e tecnologia, esporte e lazer, cultura, segurança alimentar e nutricional, infraestrutura, meio ambiente e direitos humanos.

**Art. 3º** O Programa Família Paranaense deve ser executado de forma integrada pelos órgãos e entidades estaduais com atribuição nas áreas envolvidas e pelos municípios que a ele se vincularem voluntariamente mediante instrumento de cooperação.

**Art. 4º** São objetivos do Programa Família Paranaense:

I – promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de um conjunto de ações, serviços e benefícios planejados de acordo com a realidade de cada família e do território onde ela reside;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

II - promover a integração entre as políticas públicas de Estado; ~

III - estabelecer diretrizes, orientar e assessorar os municípios para o acompanhamento familiar intersetorial;

IV - cofinanciar ações, serviços e benefícios;

V - fomentar a integração das políticas sociais de âmbito municipal, com vistas a promover, aprimorar e desenvolver ações e serviços intersetoriais voltados às famílias beneficiárias;

VI - promover a busca ativa, o cadastramento e o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social;

VII - contribuir para a autonomia das famílias, através da transferência de renda e da execução de projetos complementares, da qualificação profissional e do acompanhamento familiar intersetorial;

VIII - promover estudos, pesquisas e indicadores sobre as condições de vida das famílias e sobre a gestão dos serviços no Estado e nos municípios.

**Art. 5º** A coordenação e a execução do Programa Família Paranaense é realizada pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social com a participação dos demais órgãos e entidades estaduais integrantes da Unidade Gestora Estadual do Programa, bem como pelos municípios participantes, na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo único.** A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social poderá, na forma da legislação pertinente e sem prejuízo da execução realizada pelos demais partícipes, firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas para execução do Programa Família Paranaense.

**Art. 6º** O arranjo de gestão do Programa Família Paranaense é composto por instâncias intersetoriais instituídas e organizadas por nível de abrangência, nos seguintes termos:

I – Unidade Gestora Estadual, coordenada pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social;

II – Comitês Intersetoriais Regionais, coordenados pelos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social;

III – Comitês Intersetoriais Municipais, coordenados preferencialmente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

IV – Comitês Intersetoriais Locais, coordenados preferencialmente pelas Unidades descentralizadas da Política de Assistência Social – CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social).

**Art. 7º** A Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense é vinculada à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, sendo composta por representantes dos órgãos e entidades estaduais com atribuição nas áreas envolvidas, indicados pelos respectivos gestores, sendo facultativa a participação de instituições não-governamentais, conforme estabelecido em regulamento.

**Parágrafo único.** Cabe à Unidade Gestora Estadual articular a execução do Programa Família Paranaense por meio de um arranjo intersetorial e da conjunção de esforços entre Estado e municípios, observadas as diversidades regionais e locais, a intersetorialidade, o controle social e a autonomia dos sujeitos envolvidos, bem como monitorar e divulgar as ações executadas, devendo, ainda, regulamentar:

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão dos municípios ao Programa Família Paranaense;

II – os procedimentos e as condições necessárias para seleção e inclusão das famílias beneficiárias;

III – os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação e controle da execução do Programa.

**Art. 8º** Para aderir ao Programa Família Paranaense, o município deve aceitar as seguintes condições, sem prejuízo do disposto nas legislações aplicáveis e do previsto no respectivo instrumento de cooperação:

I – implantar um Comitê Intersetorial Municipal, composto pelos órgãos gestores das políticas públicas de assistência social, saúde, educação, agricultura e segurança alimentar, trabalho, dentre outras indicadas pelo município;

II – implantar Comitês Intersetoriais Locais, compostos pelos profissionais que atuam diretamente com as famílias no território, em número suficiente para atender às demandas do acompanhamento familiar;

III – garantir a participação das famílias na elaboração das ações a serem desenvolvidas em seus respectivos planos de ação individualizados para a superação das vulnerabilidades sociais;

IV – utilizar os instrumentos de gestão padronizados do Programa Família Paranaense;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- V - manter atualizado o Cadastro Único do Governo Federal das famílias;
- VI – capacitar os profissionais dos Comitês Intersetoriais Municipal e Local e divulgar as ações desenvolvidas pelo Programa Família Paranaense;
- VII – inserir as ações abrangidas pelo Programa Família Paranaense nas ações estratégicas e orçamentárias municipais;
- VIII – adotar os procedimentos relativos à avaliação de impacto e outras avaliações requeridas pela Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense.

## **CAPITULO II FAMÍLIAS ELEGÍVEIS**

**Art. 9º** A identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social é realizada através do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR).

**§ 1º** O Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR) é um indicador sintético elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja fórmula será aplicada na base de dados do Cadastro Único – CadÚnico – do Governo Federal.

**§ 2º** A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social deve, periodicamente, aplicar o índice, classificar as famílias de acordo com o grau de vulnerabilidade social e disponibilizar a lista aos municípios participantes do programa tratado nesta Lei.

**Art. 10.** Para a participação no Programa Família Paranaense, a família deve cumprir as seguintes condições:

- I - residir em município participante do Programa;
- II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- III - encontrar-se em situação de vulnerabilidade social conforme o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR);
- IV - aderir ao Programa Família Paranaense, de maneira voluntária, comprometendo-se com a participação na elaboração de seu plano de ação intersetorial individualizado.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

### **CAPITULO III PROJETOS COMPLEMENTARES**

**Art. 11.** Ficam instituídos os seguintes projetos complementares do Programa Família Paranaense:

I – Implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);

II – Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais;

III – Bolsa-Agricultor.

§ 1º A escolha dos participantes e beneficiários dos projetos previstos nos incisos I a III deste artigo deve ser feita com base em critérios objetivos e impessoais, estabelecidos pela Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense e deliberados pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º A implantação dos projetos complementares previstos nos incisos I a III deste artigo depende da disponibilidade orçamentária e financeira do Estado do Paraná e do que for disposto em regulamento.

**Art. 12.** O projeto Implantação de CRAS e CREAS consiste na construção dessas unidades nos municípios participantes do Programa Família Paranaense, em cooperação com os entes municipais e mediante contrapartida destes.

§ 1º É de responsabilidade dos municípios beneficiários, ao menos, a disponibilização do terreno onde será realizada a obra, a manutenção do equipamento e a designação de equipe de referência, tudo em conformidade com as diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Assistência Social.

§ 2º As metas de implantação para cada exercício financeiro devem observar o disposto no § 2º do art. 10 desta Lei e ser definidas mediante proposta da Secretária da Família e Desenvolvimento Social e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social.

**Art. 13.** O Projeto Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais é destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR), atendidas pelo Programa Família Paranaense, moradoras em regiões consideradas prioritárias nos diagnósticos contidos no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, elaborado e executado pela Companhia de Habitação do Paraná.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º** O Projeto Complementar de que trata este artigo tem como objetivos:

I - elaborar, implantar e implementar ações de regularização fundiária e habitacionais para as famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense, em conformidade com a política estadual de habitação de interesse social do Estado do Paraná, promovendo a melhoria das condições habitacionais e a redução do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR);

II - promover a cooperação dos governos federal, estadual e municipais e a sociedade civil organizada, na formulação e execução de ações habitacionais voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social;

III - promover audiências públicas com a população beneficiária, para apresentar à comunidade as propostas de melhorias a serem realizadas, coletar sugestões e definir as prioridades para atendimento;

IV - promover, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a identificação de indicadores para monitorar as atividades relacionadas com o desenvolvimento habitacional das famílias em situação de vulnerabilidade social;

V - repassar recursos em caráter provisório às famílias, para que possam providenciar moradia por período de tempo determinado, enquanto aguardam a conclusão de sua moradia definitiva.

**Art. 14.** As ações desenvolvidas pelo Projeto Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, no âmbito do Programa Família Paranaense, serão implementadas nos territórios de abrangência do Programa, por meio de:

I – construção e melhorias de casas;

II – produção de infraestrutura básica e construção de equipamentos comunitários;

III - regularização fundiária de áreas prioritárias, em conformidade com o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;

IV - urbanização ou reurbanização de áreas degradadas e assentamentos informais;

V – aquisição e doação de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias inadequadas;

VI – repasse de recursos diretamente às famílias, para pagamento de Aluguel Social.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 15.** As famílias beneficiadas com o Aluguel Social tratado no inciso VI são aquelas que, em função da intervenção habitacional recebida, necessitam sair temporariamente de seu atual local de moradia.

**§ 1º** O auxílio financeiro tem duração de até um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

**§ 2º** O Aluguel Social repassado às famílias beneficiárias, quando concedido, terá seu valor definido em conformidade com estudo técnico e de condições de mercado realizado pela Companhia de Habitação do Paraná, observado o valor mensal mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) e máximo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

**Art. 16.** Para fins de execução do Projeto Complementar Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, fica a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social autorizada a firmar parceria com a Companhia de Habitação do Paraná, que por sua vez poderá firmar convênios e contratos com instituições públicas e privadas, para sua execução.

**Art. 17.** Nos casos de construção de novas moradias, ou de reformas e melhorias em moradias já existentes, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão do imóvel ou do bem produzido ao responsável familiar da família beneficiária, com ônus para o beneficiário, de acordo com as exigências das normativas de cada ação habitacional prevista.

**§ 1º** A família beneficiária do Projeto Complementar Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais será representada sempre pelo seu responsável familiar, definido de acordo com as informações previstas no Cadastro Único.

**§ 2º** Fica vedada a transferência, cessão, locação ou venda do imóvel cedido na forma do § 1º deste artigo, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.

**Art. 18.** O projeto Bolsa-Agricultor é destinado à qualificação profissional e ao incentivo a produção para o autossustento, sendo voltado às famílias em situação de vulnerabilidade social, identificadas pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR), incluídas no Programa Família Paranaense e moradoras nas regiões rurais atendidas.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos de regulamento e da disponibilidade orçamentária e financeira, auxílio financeiro aos participantes deste projeto, nos seguintes valores:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em duas parcelas iguais, para as famílias em situação de vulnerabilidade social com renda *per capita* superior a R\$ 100,00 (cem reais) e igual ou inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

II - R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em três parcelas iguais, para as famílias em situação de vulnerabilidade social com renda *per capita* inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º A concessão do auxílio financeiro depende da comprovação da assiduidade ao projeto e do comprometimento com as atividades estabelecidas no âmbito do Programa Família Paranaense, além de outras condições previstas em regulamento, sob pena de exclusão do participante.

#### **CAPITULO IV TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

**Art. 19.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, por meio do Programa Família Paranaense, a transferência direta de renda com condicionalidades às famílias em situação de vulnerabilidade social que atendam aos critérios de habilitação específicos estabelecidos neste artigo, independente de residirem em município participante do Programa.

§ 1º Para a transferência de renda de que trata este artigo, são consideradas famílias em situação de vulnerabilidade social aquelas com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

§ 2º O valor do benefício a ser transferido para cada família corresponde ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e os benefícios financeiros disponibilizados pelo Estado do Paraná e pela União atinja o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) *per capita*.

§ 3º O valor mínimo do benefício pago pelo Estado a cada família é de R\$ 10,00 (dez reais) por mês.

§ 4º A concessão dos benefícios depende do cumprimento, no que couber, das condicionalidades previstas no Programa Bolsa Família, sem prejuízo de outras previstas em regulamento estadual.

§ 5º Deve ser de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 6º** Os benefícios financeiros devem ser repassados à família através de instituição financeira oficial e sacados por meio de cartão magnético com a identificação do respectivo responsável.

**§ 7º** No caso de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente para a conta do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

**§ 8º** Na gestão e execução da ação de transferência de renda do Programa Família Paranaense aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e respectivos regulamentos.

**§ 9º** A transferência de renda ora tratada também pode ser repassada, desde que se cumpram os critérios estabelecidos neste artigo, aos beneficiários do art. 11, incisos II e III, desta Lei.

**§ 10.** A transferência de renda ora tratada deve ser, preferencialmente, complementar ao Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 2004

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20.** A percepção dos auxílios financeiros previstos por esta Lei não implica filiação do beneficiário ao Regime Geral de Previdência Social de que tratam as Leis Federais nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, ou ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1996.

**Art. 21.** Os auxílios financeiros referentes ao inciso III do art. 11 e ao inciso VI do art. 14 desta Lei devem ser repassados aos beneficiários por meio de instituição financeira oficial.

**Art. 22.** Os valores indicados no art. 15, § 2º, no art. 18, § 1º, incisos I e II, e no art. 19, § 1º, § 2º e § 3º, podem ser majorados por ato do Chefe do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do Estado e de estudos técnicos sobre o tema, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 23.** As despesas do Programa Família Paranaense correrão à conta do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, fundos vinculados às outras políticas públicas do Estado e outras dotações do orçamento do Estado que vierem a ser consignadas ao Programa.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deve sempre compatibilizar o número de benefícios concedidos pelo Programa Família Paranaense com as dotações orçamentárias existentes.

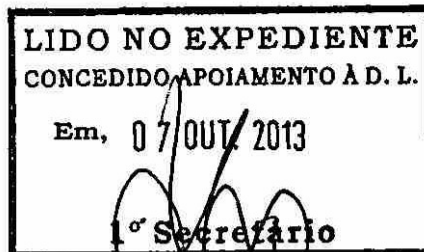
**Art. 24.** O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data da sua publicação.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 118 /2013

Curitiba, em 03 de outubro de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 07/10/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir, na forma que especifica, o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O Estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, tem uma população estimada de 10.439.601 habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 1,4% segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010). Segundo os dados do IBGE, que classifica como situação de extrema pobreza todos aqueles que vivem com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês, o Paraná tem uma população de 306.638 pessoas nesta condição.

O Governo Federal utiliza, ainda, um recorte de classificação das famílias de baixa renda - aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. Esta classificação é utilizada para identificar as famílias que devem ser incluídas no Cadastro Único. No Paraná, atualmente, há um total de 1.103.517 <sup>1</sup> famílias inscritas no Cadastro.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.696.676-0

<sup>1</sup> Fonte: Governo Federal – SENARC / MDS – junho de 2012.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Utilizando o recorte fornecido pelo Atlas da Exclusão Social no Brasil, verifica-se que o Paraná apresenta municípios com alta exclusão, localizados em sua maioria na área central do Estado, a leste na divisa com o sul de São Paulo e ao sul próximo à divisa com Santa Catarina.

O Programa Família Paranaense, tem como objetivo articular as políticas de proteção social de várias áreas do Governo e providenciar para que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tenham acesso facilitado a elas e seus respectivos serviços de maneira prioritária, promovendo, desta forma, a superação das vulnerabilidades e fragilidades identificadas em cada família inserida no Programa.

Para tanto, o Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- Implementar políticas e programas de promoção do acesso à moradia digna, qualidade de vida e acesso aos serviços públicos para a população em situação de vulnerabilidade identificadas pelo programa, de acordo com as necessidades de cada família e território;
- Identificar, realizar busca ativa e acompanhar sistematicamente as famílias com maior grau de vulnerabilidade e risco no Estado;
- Monitorar e avaliar a eficácia e eficiência dos serviços públicos ofertados às famílias, bem como as alterações no grau de vulnerabilidade vivenciado pelas famílias paranaenses;
- Fortalecer e fomentar a rede de proteção social dos municípios, por meio da capacitação, assessoramento técnico e financeiro;
- Potencializar a oferta de serviços de proteção social básica e especial, facilitando o acesso das famílias ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Garantir o acesso à alimentação adequada das famílias priorizadas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Promover a inclusão das famílias pelo trabalho, por meio das políticas públicas de qualificação profissional e intermediação para o mundo do trabalho;
- Intensificar as ações de saúde, principalmente no acompanhamento de crianças, adolescentes e gestantes;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- Garantir o acesso das famílias priorizadas aos serviços da rede pública de ensino municipal e estadual, potencializando a oferta de atividades complementares e implementando políticas e programas que promovam o acesso à educação;
- Desenvolver ações intersetoriais e integradas, entre as esferas de governo, de acordo com as necessidades de cada família, criando novas perspectivas e possibilidades para exercício pleno do protagonismo;
- Incentivar, fortalecer e expandir as bases para o exercício pleno da cidadania e da participação;
- Realizar a vigilância constante, com vistas a garantir a atenção mais adequada às famílias em todos os ciclos de vida e de acordo com sua trajetória pessoal;
- Efetuar a transferência de renda direta às famílias, promovendo o incremento da renda e a superação da pobreza extrema.

O Programa Família Paranaense poderá abranger todos os Municípios do Estado do Paraná, de maneira gradativa, priorizados por meio do cruzamento de critérios técnicos e objetivos, utilizando indicadores e índices difundidos. Para a adesão do Município, é necessária a assinatura de Termo de Adesão ao Programa Família Paranaense, pelo prefeito. Este termo tem por objetivo firmar o pacto entre Estado e Município, definindo de maneira clara as responsabilidades de cada ente.

Para seleção das famílias prioritárias para o programa também serão adotados critérios técnicos. Assim, foi criado o **índice de vulnerabilidade da família (IVF/PR)**, para que seja possível medir as condições de vulnerabilidade social das famílias paranaenses e assim orientar para a priorização das famílias a serem atendidas.

O referido Índice é calculado a partir da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, do Governo Federal, versão 7.

Para alcançar seus objetivos, o Programa Família Paranaense desenvolverá atividades prioritárias em parceria com os municípios, organizadas nos seguintes eixos: **Habitação, Educação, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Trabalho.**

O público alvo do Programa Família Paranaense são as famílias residentes no Estado do Paraná em maior situação de vulnerabilidade social e risco. O Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF/PR) é um índice sintético, para medir e elencar as famílias prioritárias ao Programa. Essa ferramenta foi construída para



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

criar condições, de maneira objetiva, para mensurar o grau de vulnerabilidade e a melhoria do mesmo ao longo do Programa. Essa medida leva em consideração indicadores importantes da situação familiar que ultrapassam o simples critério da insuficiência de renda na priorização do atendimento e atenção à família, visto que, para efetuar o cálculo, são cruzados cerca de 20 indicadores diferentes.

Para cada município será feita uma classificação das famílias segundo o valor do índice, evitando uma padronização em maior ou menor grau de vulnerabilidade para o Paraná como um todo, respeitando assim, a realidade local. Este índice é calculado mensalmente pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, que disponibilizará aos municípios essa informação por meio do sistema informatizado do Programa e senhas de acesso individuais aos profissionais indicados pelos municípios.

A partir do momento em que a família é inserida no Programa, o Comitê Local elaborará, em conjunto com essas famílias, um Plano de Ação Intersetorial da Família onde estarão descritas todas as vulnerabilidades, bem como a estratégia que será traçada, a partir das ações que o Estado e o Município se comprometem a oferecer, para que ela mude sua condição. A partir desse momento, a família será acompanhada sistematicamente pelo período de até dois anos.

O Programa Família Paranaense rompe com a lógica da "boa vontade" e institui uma prática intersetorial contínua e efetiva, através da implementação de instâncias gestoras - comitês de gestão, com competências distintas e complementares, num processo articulado de desenvolvimento de ações. A formatação dos comitês envolve as políticas públicas e os profissionais em vários âmbitos de atuação em todas as esferas de governo, facilitando a constituição de uma rede complementar de comunicação ágil e eficiente.

As instâncias de gestão compartilhada são: **Unidade Gestora Estadual, Comitê Regional, Comitê Municipal, Comitê Local**, e outros.

A família será acompanhada pelo comitê local, que apontará o tipo de atendimento necessário e o que poderá ser oferecido pelos três níveis de governo. Será ainda avaliada a necessidade de aplicação imediata de ações emergenciais para eliminar riscos de vida a componentes da família, especialmente na área da saúde e de combate a fome.

Através da metodologia intersetorial o Programa Família Paranaense pretende garantir o compromisso e o comprometimento de todos os envolvidos para que as ações se concretizem de forma a obter os resultados positivos e de impacto na vida das famílias, diminuindo a situação de pobreza. Assim, Estado, Município e Família assumem, cada qual, sua responsabilidade para a melhoria das condições de vida e a busca do protagonismo.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

De acordo com a Nota Técnica do MDS/SENARC, de 11 de outubro de 2011, com base nos dados do CadÚnico de maio de 2011, cerca 360 mil pessoas no Estado do Paraná deveriam receber complementação de renda Estadual, visto que possuem renda *per capita* inferior a R\$ 70,00; desse total, 288 mil seriam pessoas já beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, mas que continuam em situação de extrema pobreza.

Para incrementar o atendimento ofertado pelo Programa Federal Bolsa Família no âmbito das ações previstas no Plano Brasil Sem Miséria, o Estado do Paraná pretende complementar a renda destas famílias visando contribuir para a eliminação ou diminuição do hiato entre a renda mensal *per capita* da família e o valor definido como limite da extrema pobreza.

Desta forma, o Governo do Estado do Paraná, por meio do Programa Família Paranaense, implementará a transferência direta de renda às famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais), podendo ser complementar ao Programa Bolsa Família, visando a superação da extrema pobreza e a ampliação da renda *per capita* até o patamar de R\$ 80,00, proporcionando às famílias condições para realizarem suas trajetórias de vida com maior autonomia e dignidade.

Esta transferência de renda dar-se-á de maneira gradativa, de acordo com o planejamento e disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, sendo o valor mínimo para cada família beneficiária de R\$ 10,00 (dez reais), de acordo com o estudo técnico realizado pelo IPARDES.

O benefício será repassado às famílias mensalmente, pelo período de até dois anos, podendo este período ser revisto, repactuado ou expandido conforme os critérios definidos pelo Governo do Estado e situação de vulnerabilidade em que a família se encontra.

Para esta transferência de renda, que será viabilizada por meio de cartão magnético entregue a cada família, o Poder Executivo contratará agente financeiro, que fará o pagamento destes benefícios sempre a partir dos dados e informações prestados pela Administração Pública Estadual e obedecendo às exigências legais.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/2013**

**Projeto de Lei nº. 480/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 118/2013**

**Súmula:** Cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.

**EMENTA:** PARECER. CRIA O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE, DESTINADO AO ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE FAMÍLIAS POR MEIO DA OFERTA DE UM CONJUNTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade criar o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;**

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00. Igualmente, quanto à técnica legislativa utilizada, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2013.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

  
**NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**

**APROVADO**

08/10/13 



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/13**

**RELATÓRIO**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 118/13, que cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e Promoção das Famílias por meio de oferta de um conjunto de ações intersetoriais e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65 e 66 da Constituição Estadual.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que é apresentada a Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa, subscrita pela Senhora Letícia Codagnone F. Raymundo, Diretora Geral/SEDS, datada de 04 de setembro de 2013.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

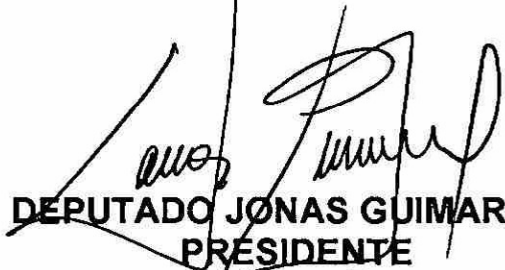


**CONCLUSÃO**

Desta forma, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/10/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELCIO RUSCH  
RELATOR

  
Deputado Ruggieri

  
Deputado Errico



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PEDRO LUPION



## **PARECER**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA sobre o Projeto de Lei nº 480/2013 (na origem mensagem nº118/2013), de autoria do Poder Executivo que *CRIA O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE, DESTINADO AO ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE FAMÍLIAS POR MEIO DE OFERTAS DE UM CONJUNTO DE AÇÕES INTERSETORIAS.*

Relator: Deputado *PEDRO LUPION*

### **I- RELATÓRIO**

Veio a essa Comissão de Direitos Humanos e Cidadania o Projeto de Lei (PL) nº 480/2013, na sua origem mensagem governamental nº 118/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO o qual cria o programa família paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio de ofertas de um conjunto de ações intersetoriais.

De acordo com a justificativa apresentada, o PL busca instituir, na forma que especifica o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Conforme dados trazidos no PL o Estado do Paraná tem uma população estimada em 10.439.601 habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 1,4% segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010). Segundo os dados do IBGE, que classifica como situação de extrema pobreza todos aqueles que vivem com

*Página 1 de 4*



menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês, o Paraná tem uma população de 306.638 pessoas nesta condição.

Menciona que o Governo Federal utiliza, ainda, um recorte de classificação das famílias de baixa renda – aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. Esta classificação é utilizada para identificar as famílias que devem ser incluídas no Cadastro Único. No Paraná, atualmente, há um total de 1.103.517 famílias inscritas no Cadastro.

Afirma que se utilizando do critério supramencionado o Paraná apresenta municípios com alta exclusão, localizados em sua maioria na área central do Estado, a leste na divisa com o sul de São Paulo e ao sul próximo à divisa com Santa Catarina.

Desta forma, explica que o Programa Família Paranaense tem como objetivo articular as políticas de proteção social de várias áreas do Governo e providenciar para que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tenham acesso facilitando a elas e seus respectivos serviços de maneira prioritária, promovendo, desta forma, a superação das vulnerabilidades e fragilidades identificadas em cada família inserida no Programa.

Discorre detalhadamente as ações e objetivos específicos do programa, trazendo extensa e detalhada explicação do funcionamento e operabilidade do Programa que visa instituir.

Após a aprovação nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, com a finalidade de se exarar parecer sobre o seu mérito.

## II – DA ANÁLISE E VOTO

Sabe-se que cerca de 22 milhões de pessoas vivem, atualmente, em condições de completa indigência no Brasil. Pesquisas indicam que a pobreza já atinge um terço de nossa população. E não se diga que tal situação decorre da escassez de recursos.



É de conhecimento geral que o Brasil contemporâneo não é uma nação pobre, mas sim com muitos pobres e extraordinariamente injusta e desigual: embora a pobreza deveria acometer, pelos padrões internacionais, contingente inferior a 10% da população brasileira, este percentual já se aproxima de 30%.

Conforme os próprios dados trazidos no PL o Estado do Paraná tem uma população estimada em 306.638 pessoas que vivem com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês.

Desta forma, a alocação direta de renda às unidades familiares, nesse sentido, afigura-se melhor opção de política pública. E quando essa transferência de renda associa-se ao cumprimento de condicionalidades pelos beneficiários, a ação governamental reveste-se também de um caráter fomentador – e não apenas de proteção social.

Poder-se-ia afirmar, até mesmo, que a política social converte-se em política de desenvolvimento.

Nesse contexto, espera-se que o Programa Família Paranaense contribua efetivamente para reduzir a exclusão social, sem, contudo, gerar maiores ineficiências à economia paranaense.

Com a concessão dos benefícios básico e variável, procura-se, mais especificamente, dirimir paradoxo fundamental da realidade paranaense: enquanto há excesso estrutural de oferta de alimentos no País e no Estado, persiste déficit, igualmente estrutural, da demanda por esses bens. Assim, tenciona-se permitir à parcela da população paranaense que não dispõe de renda suficiente o acesso a gêneros alimentícios mínimos e necessários à sobrevivência digna.

Por fim, balizo como positiva a matéria proposta, do mesmo modo entendo que, em sede desta comissão, não há necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Ante o exposto, me ative exclusivamente ao mérito da proposição em relação à matéria relacionada aos Direitos Humanos, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.


É O VOTO.

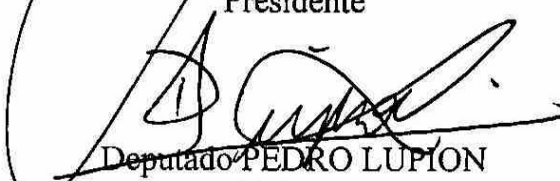


### III – CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 480/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, que tem como escopo implementar o programa *Família Paranaense* no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 15 de OUTUBRO de 2013.

  
Deputado TADEU VENERI  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
WALDYR PUGLIESI

  
WILSON QUINTERO



## REQUERIMIENTO

**APROVADO**  
À Diretoria Legislativa.  
Em, 14 OUT. 2013  
  
1º Secretário

Requer “Regime de Urgência” para a tramitação e votação do Projeto de Lei 480/13 , de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, “*Regime de Urgência*” para a tramitação e votação do Projeto de Lei 480/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 118/13.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**

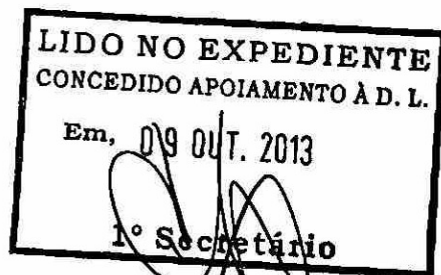




## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 30/2013



**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de agosto de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**ART. 1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de agosto de 2013.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 08 de outubro de 2013.

**DEPUTADO DILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

### Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 041/2013/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de agosto de 2013, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

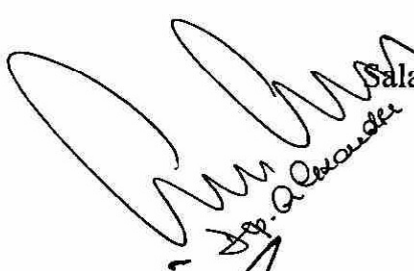


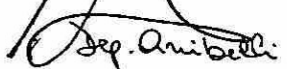
Assim sendo, entende esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 08 de outubro de 2013

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

  
**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
Relator

  
Deputado Alexandre  
  
Deputado Redson Turian  
  
Deputado Bader  
  
Deputado Aníbelli